

A POLÊMICA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.

Rinaldo Aparecido Galeté*

RESUMO: No presente estudo faz-se rapidamente uma revisão da literatura pertinente ao tema apresentando-se: a) quais os principais conceitos de industrialização; b) quais as principais causas da desindustrialização c) seus aspectos positivos e negativos; d) as principais preposições de política econômica para o enfrentamento de tal problema e; e) quais as principais evidências que tem sido encontradas nos principais estudos empíricos, em especial no período pós 1990.

Palavras-chaves: Indústria; Industrialização; Desindustrialização; Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Assiste-se atualmente, não apenas no Brasil, a um intenso debate acadêmico, político e bastante freqüentado na mídia, principalmente a imprensa, a respeito do fenômeno denominado genericamente como desindustrialização. São variadas as tentativas de explicar as causas desse fenômeno, bem como são variadas as preposições de política econômica para o enfrentamento do problema da desindustrialização. Em função disto, no decorrer desse debate, surgem manifestações apaixonadas, alarmistas, conformistas e apocalípticas a respeito das conseqüências positivas ou negativas desse fenômeno.

Pode se perceber claramente que, inicialmente, tudo isso é resultado de uma confusão teórico-metodológica a respeito do tema, tendo em vista que, atualmente, há uma relativa enormidade de conceitos de desindustrialização e, por conseguinte, são bastante distintos os parâmetros que devem ser considerados para, ao fim e ao cabo, afirmar se estamos, ou não, passando por um processo de desindustrialização.

No presente estudo, de natureza bibliográfica, faz-se rapidamente uma revisão da literatura pertinente ao tema apresentando-se: a) quais os principais conceitos de industrialização; b) quais as principais causas da desindustrialização c) seus aspectos positivos e negativos; d) as principais preposições de política econômica para o enfrentamento de tal problema e; e) quais as principais evidências que tem sido encontradas nos principais estudos empíricos, em especial no período pós 1990.

2. DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Inicialmente, a desindustrialização seria um processo de redução da participação relativa da indústria na economia (IBRE, 2010; PEREIRA, 2011 e BARROS, 2011). Para Almeida (2010) existiriam a desindustrialização absoluta, caracterizada pela queda do valor agregado pela indústria e a desindustrialização relativa, caracterizada pela redução da participação, de longo prazo, do valor adicionado industrial no valor adicionado da economia.

Segundo Klias (2010) existem três abordagens. A primeira prioriza o foco na redução da perda relativa do processo industrial face aos estímulos oferecidos às atividades vinculadas a outros setores como o extrativista, o rural e o agronegócio (a chamada “doença holandesa”). A segunda prioriza o processo de elevação das importações dos produtos industriais, com a conseqüente redução relativa do parque industrial instalado. A terceira, que prioriza o aumento relativo da participação do setor de serviços de alta complexidade e os setores de elevada tecnologia.

Sobre a chamada “doença holandesa”, a idéia central, segundo o DIEESE (2011), é que a grande capacidade e eficiência para produzir (e exportar) *commodities* minerais, agrícolas e pecuárias, provocam expressiva entrada de

* Professor Assistente/UEM/Professor /PUC/PR

moedas conversíveis no país (principalmente dólar norte-americano e euro), gerando excesso de oferta no mercado de câmbio, fazendo com que o real se valorize:

Particularmente esse fenômeno passou a ser conhecido na literatura econômica como “doença holandesa”, devido à descoberta, ainda na década de 1960, de reservas de gás na Holanda, aumentando as exportações desse produto para toda a Europa, redundando numa supervalorização da moeda local, prejudicando a competitividade de outros produtos exportáveis, notadamente os bens industrializados (DIEESE, 2011, p. 6).

Fonseca (2010) argumenta que essa é uma discussão confusa que se instala quando os analistas do tema utilizam conceitos equivocados para tratar da existência ou não do fenômeno de desindustrialização. Se a parcela do produto industrial na formação do Produto Interno Bruto – PIB vem caindo sistematicamente em relação ao setor de serviços, há desindustrialização. Não existe desindustrialização por conta do elevado nível atual de ocupação da capacidade instalada. Por outro lado, há desindustrialização porque as exportações de manufaturados caíram na pauta global, em relação aos produtos primários ou *commodities*.

Fonseca (2010) destaca que desindustrialização é o fenômeno de substituição de produção local por produtos importados, o que resulta no aumento do coeficiente de importação de uma determinada economia. Pereira (2011) e Barros (2011) destacam apenas a participação da indústria no PIB.

Por sua vez, Serra (2011(a)) enfatiza que o termo desindustrialização não significa declínio absoluto da produção do setor. Em geral desindustrialização tem que ver com a perda do poder da indústria de transformação para comandar o crescimento da economia.

Oreiro, et al (2011) relembram que o termo desindustrialização originalmente foi cunhado para denominar a perda relativa do emprego industrial nos países desenvolvidos verificado a partir da década de 70.

Bastante divulgada na mídia impressa tem sido a idéia de que a desindustrialização diz respeito ao persistente aumento da participação de matérias-primas nas exportações brasileiras ou o processo de “primarização” da pauta de exportações do Brasil, em detrimento das exportações de bens industrializados (ver: Políticas (...) 2011). Barros (2011) destaca a redução estrutural da participação da indústria no PIB em função do crescimento das importações.

Para Moreira (2011) trata-se da diminuição dos empregos na indústria e perda da capacidade instalada de produção. Jensen (2011) destaca a redução da produção industrial ou perda relativa do setor industrial. Bacha (2011) dá ênfase na redução da participação da indústria no PIB e um aumento da parcela dos produtos primários nas exportações.

2. CAUSAS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.

Pádua (2009) destacou o congestionamento de áreas industriais, assim como a valorização dos terrenos industriais e conseqüente aumento dos impostos territoriais, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Ibre (2010); Guimarães (2010) e Pereira (2011) enfatizam a valorização do câmbio. Em especial, Pereira (2011) argumenta que a atual taxa de câmbio limita o sucesso que qualquer política industrial que venha a ser implementada. Em função disso Ibre (2010) também destaca o avanço da China nos mercados globais de manufaturados.

Sacramento (2010) levanta a questão da participação dos investimentos na indústria de transformação na formação bruta de capital fixo da economia e destacam o fato de que a atividade industrial já exauriu sua capacidade de gerar empregos.

Para Barros (2011) a desindustrialização é um processo de forças naturais, benéficas, e resultantes: a) do processo de abertura comercial da economia; b) do aumento da renda média do brasileiro e c) da importância dos produtos primários na matriz de produção do Brasil de hoje.

Para Guimarães (2011) o problema está relacionado à falta de uma estratégia de desenvolvimento. E é por falta dela que a indústria brasileira está morrendo. No começo, serão as pequenas, depois as médias. Por fim, as grandes empresas perderão o interesse em produzir no Brasil. Muitas, sobretudo as pequenas empresas, quebrarão por falta de mercado.

Tavares (2011) destaca que vários fatores devem ser considerados e enfrentados: a) a chegada de multinacionais de todas as origens e procedência no Brasil, inclusive chinesas, tem disseminado a instalação no país de verdadeiras linhas de montagem dependentes de importações de peças, partes e componentes; b) a remessa exagerada de lucros e dividendos [que cresceu brutalmente] fragiliza muito o balanço de pagamentos. O governo deveria elevar a tributação do Imposto de Renda sobre essas operações para coibir abusos das empresas estrangeiras; e c) o controle de capitais é um instrumento que deve ser usado para por fim à entrada desenfreada do dinheiro especulativo.

Oureiro et al (2011) afirma que, atualmente, sabe-se que a desindustrialização pode ser precoce, além do que pode ser causada por falhas de mercado como a “doença holandesa”.

Segundo Ricupero (2011), a desindustrialização precoce é a variante patológica da chamada desindustrialização positiva. Quando a desindustrialização completou com êxito o processo de desenvolvimento e elevou a renda per capita a nível elevado e auto-sustentável, o setor manufatureiro começa a declinar, em termos relativos, como proporção do produto e do emprego. Isso ocorre em contexto de crescimento rápido e pleno emprego, no momento em que se atinge renda per capita entre \$ 8.000 e \$ 9.000, correspondendo hoje a valores nominais bem mais altos.

Segundo Ricupero (2011), o fenômeno é patológico quando aparece em economias onde a renda per capita é menos da metade ou até um terço desse nível e em contexto de baixo crescimento e desemprego em massa. Nesse caso, o processo de industrialização abortou antes de dar nascimento a uma economia próspera de serviços, capaz de absorver a mão de obra desempregada pela indústria.

Para Oureiro et al (2011), duas hipóteses estariam em disputa nesta questão da desindustrialização: a) o processo não é natural, mas resulta, em larga medida, da política macroeconômica adotada nos últimos 20 anos, a qual tem mantido uma taxa de câmbio sobre valorizada, afetando negativamente as exportações de manufaturados e induzindo um processo de substituição de produção doméstica por importação; b) o processo de desindustrialização brasileiro é similar ao ocorrido nos países desenvolvidos sendo, portanto, um processo natural e independente da gestão da política macroeconômica.

Para o enfrentamento do problema, em nível setorial, Cavalcante (2011) ressalta a importância de implantar o *ad rem* (tributação específica) no setor têxtil, combatendo efetivamente o subfaturamento nas importações que vem prejudicando cada vez mais a competitividade da indústria nacional e local.

Bertani (2011) complementa que trabalhadores, governos e partidos deveriam fazer um pacto em torno de políticas macroeconômicas que protejam os setores produtivos e a economia brasileira dos obstáculos ao crescimento. Um projeto nacional de desenvolvimento que passe pela valorização do trabalho.

3. ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, INDICADORES E POR QUE DEVEMOS (OU NÃO) NOS PREOCUPAR COM ISSO?

Jansen (2011) destaca que esse é o custo a se pagar na direção de um país mais desenvolvido. Cavalcante (2011) pondera que, infelizmente, o Brasil passa hoje por um processo de desindustrialização precoce.

Paula (2011) alerta que estamos nos tornando uma colônia da China. Graciani (2011) afirma que o Brasil está entre os países que mais sofrem com a desindustrialização. Pádua (2008) destaca a fragmentação da vida cotidiana dos moradores.

Sacramento (2010) apud Bresser e Marconi afirma que o Brasil segue firme para se tornar a “fazenda do mundo” e a desindustrialização é um fato. Para Klias (2010) o risco da desindustrialização é um dado inescapável da equação a ser enfrentada. Para Tavares (2011), o Brasil deve adotar uma nova política de substituição de importações para frear a desindustrialização de setores da economia nacional.

Para Nakane e Pessoa (2011) apud Oreiro e Paula (2011), para impedir a ocorrência de desindustrialização e, ao mesmo tempo, eliminar o problema juro alto, câmbio valorizado, a única alternativa disponível seria reduzir as políticas sociais e assistenciais do Estado brasileiro de forma a produzir o conjunto correto de incentivos microeconômicos para uma elevação da taxa de poupança doméstica.

Almeida (2010) recomenda que ao se estudar a questão da desindustrialização seria mais adequado que a análise tomasse um período longo de tempo e que, no caso brasileiro, parece que houve uma desindustrialização relativa. Serra (2011 (b)) enfatiza que o encolhimento das ocupações acima de dois salários mínimos tem muito a ver com a desindustrialização.

Dirceu (2010) diz que a desindustrialização é um mito, haja vista que, conforme destacado por Klias (2010) há que se considera a retomada dos investimentos industriais, os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, as medidas do governo de política industrial, os estímulos ao desenvolvimento na área de ciência, tecnologia e inovação.

Fazendo uma análise histórica do processo, Pochmann (2011 (a) e (b)) destaca que sem ter passado pela velha desindustrialização do século XIX, o Brasil não está condenado a ter que participar da nova desindustrialização. (...) Assim, o novo desenvolvimento brasileiro pode convergir com as estruturas produtivas e ocupacional de qualidade, capazes de romper com o atraso secular da condição subordinada do país no mundo.

4. A QUESTÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO

Segundo vários economistas, conforme Ribeiro (1998), nos anos 70, paralelamente à ampliação do desemprego ocorreu uma redução relativa do emprego industrial e uma ampliação do emprego no setor de serviços em todas as economias avançadas. Esse fenômeno é denominado de desindustrialização correspondendo a mais uma etapa do desenvolvimento capitalista.

Segundo Ribeiro (1998) o mundo do trabalho é afetado pela queda dos investimentos produtivos, ou seja, pela redução da criação de novos empregos e também pelas modificações na estrutura de emprego. Desde 1970, a participação do emprego industrial no emprego total está declinando continuamente em muitas economias avançadas. Esse declínio relativo do emprego manufatureiro (industrial) é denominado de desindustrialização.

Para Rowthorn e Ramaswamy (1999) apud Oreiro (2009), o conceito “clássico” de “desindustrialização” vem a ser uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Segundo Oreiro (2009, p.1), Tregenna (2009) redefiniu de forma mais ampla o conceito “clássico” de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Independente do conceito de industrialização que se adote, para Rowthorn e Ramaswamy (1997) apud Ribeiro (1998):

(...) a desindustrialização não é fenômeno negativo mas sim uma característica do processo de desenvolvimento econômico. Na fase de industrialização ocorreu uma queda em termos absolutos e relativos do emprego agrícola e um aumento absoluto e relativo do emprego industrial. No atual estágio da desindustrialização a principal tendência é uma diminuição relativa do emprego industrial e uma ampliação da participação do emprego no setor de serviços no emprego total. (RIBEIRO, 1998, p. 923).

Segundo Castells e Aoyama (1994) apud Ribeiro (1998), de fato cresce o número de empregados no setor de serviços, mas isto não implica que o setor industrial está desaparecendo ou que sua dinâmica não é crucial para o setor de serviços:

Muitos serviços apresentam vínculos diretos com a indústria e a atividade industrial é fundamental para a produtividade e a competitividade da economia. No caso da economia americana, as empresas manufatureiras contribuem com 24% do PIB e cerca de 25% do PIB corresponde aos serviços diretamente ligados às firmas. (...) Por essa razão (...) a economia pós-industrial (baseada no setor de serviços) é um mito e o mundo atualmente estaria na verdade diante de um tipo diferente de economia industrial (RIBEIRO, 1998, p. 924).

Segundo Ribeiro (1998, p. 928) existem vários modelos de estrutura de emprego ao invés de apenas um, nos países avançados. Quanto aos países em desenvolvimento, as realidades são extremamente distintas dificultando ainda mais qualquer tentativa de se estabelecer um único modelo acerca das mudanças na estrutura de emprego.

No estudo pioneiro realizado por Marquetti (2002), para a indústria de transformação, a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nos anos 1990 tanto em termos da participação do emprego como da participação do valor adicionado (OREIRO, 2009 p. 3-4).

Ao analisar o caso dos países do Cone Sul da América Latina e no Brasil, Palma (2005) afirma haver, sim, “um processo de ‘desindustrialização’ prematura atualmente em curso no Cone Sul da América Latina e no Brasil, devido à combinação de medidas liberalizantes com políticas macroeconômicas que, em geral, deixam a taxa de câmbio real baixa” (PALMA, 2005 apud SILVEIRA, 2008, p. 6).

IEDI (2005) argumenta que a desindustrialização pode ser tomada como o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional destacando que:

Isso por si só já configuraria uma desindustrialização no Brasil, embora se deva advertir que, a despeito disto, a indústria brasileira manteve uma significativa diversificação e que, mesmo tendo perdido segmentos e elos de cadeias decisivas para a industrialização contemporânea, preservou setores de ponta tecnológica e capacidade para ampliar sua produtividade e capacidade exportadora. Não houve, portanto, uma desindustrialização no sentido de perda irreparável na estrutura industrial do país e em sua capacidade dinâmica. Significa que a indústria no país conserva requisitos para recuperar-se e reintegrar-se com maior plenitude nas atuais tendências de industrialização dos países de maior dinamismo industrial. Diante das observações acima, julgamos mais conveniente qualificar a desindustrialização ocorrida no Brasil como “relativa” (IEDI, 2005, p. 1-2).

Nassif (2006 e 2008) analisou o conceito de industrialização à luz da teoria econômica e avaliou se, de fato, o Brasil foi atingido pela “nova doença holandesa”, em virtude dos impactos decorrentes do processo de reformas econômicas introduzidas no país, desde o início dos anos 1990.

No estudo desenvolvido por Nakahodo e Jank (2006) os autores concluem que, em relação ao problema [falácia] da “doença holandesa” no Brasil:

Percebe-se que muitos argumentos têm sido baseados sobretudo em impressões, e não em dados analíticos. (...) Claramente, o Brasil soube aproveitar as oportunidades da expansão do comércio mundial, ainda que numa taxa provavelmente aquém do nosso potencial e globalmente inferior à alcançada por várias economias emergentes. O impacto dos preços internacionais das commodities sobre as exportações deve ser visto com reservas. (...) o aumento das quantidades exportadas tem enorme impacto no crescimento do valor das exportações de *commodities*. (...) A idéia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada (...) Por trás das exportações brasileiras de commodities há uma rede de indústrias de insumos, máquinas e processamento de produtos, além do apoio de inúmeros serviços de suporte (NAKAHODO e JANK, 2006, p. 18-19).

Ainda dentro do debate sobre a “doença holandesa” e a questão da desindustrialização causada pela apreciação cambial decorrente do aumento das exportações agrícolas, o estudo de Carvalho (2006) empregando o método de *constant market share*, sobre as informações de comércio exterior procedentes da FAO, para o período 1991-2003, conclui que:

(...) a exportação agrícola brasileira cresceu a taxa bem superior à potencial, resultado de aumento expressivo da competitividade. (...) os superávits agrícolas se devem a apreciação da moeda doméstica, e esta, por sua vez, inibe as exportações de produtos que não refletem as tradicionais vantagens competitivas do país, resultando em desindustrialização. (...) os propalados ganhos de competitividade da agricultura brasileira são devidos, predominantemente, ao aumento da quantidade exportada. (...) A conclusão geral é que os ganhos de competitividade da agricultura foram acompanhados por piora da qualidade dessas exportações. (...) Como o crescimento foi maior no comércio de produtos agrícolas *in natura*, pode-se inferir que o processo de desindustrialização vitimou também o agronegócio brasileiro, que passou a exportar produtos de menor valor agregado (CARVALHO, 2006, p. 1; 15 e 16).

A metodologia utilizada para a análise das evidências empíricas, utilizada por Nassif (2006 e 2008), contemplou dois aspectos: a evolução recente da produtividade do trabalho na indústria, por que constitui o cerne da discussão teórica sobre desindustrialização na literatura; e as mudanças ocorridas na estrutura e no padrão de especialização intra-industrial, cujos resultados permitiram avaliar se o Brasil estaria sendo, de fato, acometido pelos sintomas da alegada “nova doença holandesa”. Pereira (2010) argumenta que não se trata de uma “nova doença holandesa” e que a “doença holandesa” é uma “velha conhecida” na economia brasileira. Os achados empíricos de Nassif (2006 e 2008) mostram que:

Portanto, o período de 1990 até o presente não pode ser qualificado como de “desindustrialização”. Apesar das baixas taxas de crescimento médias do PIB brasileiro entre 1990 e 2000, a indústria de transformação doméstica conseguiu manter um nível de participação médio anual da ordem de 22% no período, praticamente o mesmo percentual observado em 1990. Nos últimos anos, houve ligeiro aumento dessa participação, chegando a 23% em 2004. (...) também não confirmam uma “nova doença holandesa” no Brasil, seja porque não se verificou uma realocação **generalizada** de fatores produtivos para os segmentos que constituem o grupo de indústrias com tecnologias baseadas em recursos naturais, seja porque não se configurou um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou trabalho. Prova disso é que a participação conjunta dos produtos primários, dos manufaturados intensivos em recursos naturais e dos manufaturados de baixa tecnologia sofreu decréscimo de 72% para 67% entre 1989 e 2005. (NASSIF2006 e 2008, p.33 grifo do autor).

Entretanto, Nassif (2006 e 2008) advertiu em seu estudo para o risco de desindustrialização futura, caso a moeda brasileira mantenha a tendência recorrente de apreciação em relação ao dólar em termos reais, “como tem sido o caso desde o início dos anos 1990, com exceção do período 1999-2003” (p.5).

Tal risco parece ter se confirmado no Brasil, haja vista que o estudo do IEDI (2007) concluiu que mesmo sendo dotado de um parque industrial amplo e diversificado, verifica-se nos últimos anos um processo de desindustrialização, que é fruto da combinação perversa de taxa de juros elevada e câmbio valorizado:

Há sinais de que a desindustrialização está aumentando no Brasil, tendo com causas as seguintes: a) A política de altas taxas de juros; (...) b) A tendência a uma valorização do câmbio resultado da política de elevado nível das taxas de juros domésticas sendo reforçada pela valorização internacional do preço das commodities; (...) c) A sobrevalorização cambial que provoca a substituição de produção doméstica por produtos importados, o que se observa em especial no setor produtos de bens duráveis de consumo nos períodos mais recentes; d) O ambiente de política econômica pouco propícia ao crescimento que não tem estimulado o investimento privado, mesmo com o câmbio favorável à importação de máquinas e equipamentos. (IEDI, 2007, p.1)

Scatolin, et al (2006) discutem a existência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil a partir de algumas evidências empíricas, avaliando se a evolução da indústria de transformação como percentagem do PIB e as participações do emprego na indústria de transformação e da indústria com percentagem do emprego total diminuem no longo ou médio prazo, argumentando que:

(...) existem evidências no caso brasileiro indicando que a mudança estrutural não está associada a um processo virtuoso de elevação do bem-estar na economia. (...) Em síntese, tanto na participação da indústria de transformação no valor adicionado quanto nos dados de oferta de mão de obra e população ocupada analisados, se constata uma redução da participação da indústria, em especial, da indústria de transformação no total da economia, a partir da metade dos anos oitenta do século passado. (...) A evolução da participação

da indústria na economia sugere que há de fato um processo de desindustrialização, na medida em que tal participação parece ter se retraído aos valores dos anos cinquenta (SCATOLIN, et al 2006, p. 6;11-12).

Alonso e Bandeira (1988) estudando o caso da “desindustrialização” de Porto Alegre argumentam que:

(...) O que ocorreu, na verdade, foi uma modificação na estrutura da economia de Porto Alegre, paralela a uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole (...). É bastante provável que em algumas áreas dessa sub-região se tenham feito sentir os efeitos dos fatores apontados como principais determinantes da “desindustrialização” de Porto Alegre: a aglomeração excessiva e a elevação do custo dos terrenos. (...) A legislação que disciplina o uso do solo urbano tem sido apontada como um dos principais elementos determinantes da “desindustrialização” de Porto Alegre (...) Certamente há exagero na importância que lhe é atribuída nesse processo. (...) O importante a ressaltar é que a “terciarização” da economia local não implicou que Porto Alegre se tenha tornado economicamente mais fraca, ou que esteja perdendo sua hegemonia enquanto metrópole regional (ALONSO e BANDEIRA 1988, pgs. 7; 12;13 e 16).

Estudando o processo de desindustrialização, o rearranjo industrial e desemprego no Brasil, em especial no caso do ABC paulista, Rezende e Santos (2007) destacam que neste aspecto a desindustrialização mostra sua face e serve de ferramenta ao desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Pádua (2008), estudando o processo de desindustrialização e reestruturação em curso de um fragmento da metrópole de São Paulo (norte do distrito de Santo Amaro), buscando compreender aspectos da reprodução da urbanização no momento atual conclui que:

Identificamos hoje, como momento inicial de transformação do fragmento, processos indicativos da passagem de uma área industrial para uma área voltada para novas atividades terciárias. Este espaço de desindustrialização pode vir a se tornar uma área de valorização, colocando-se como a extensão das centralidades de negócios que historicamente se expandem da metrópole de São Paulo em direção sudoeste (Centro Histórico-Paulista-Faria Lima-Rerrini). (PADUA, 2008, p.41).

Resultados semelhantes também foram encontrados no estudo de Fioravanti (2009) que investigou o papel da concentração industrial na produção do espaço do Jaguaré entre as décadas de 1940 e 1970 e de que modo a desindustrialização do distrito contribuiu para sua reestruturação urbana a partir da década de 1990.

Scatolin et al (2007) apresentaram evidências empíricas do processo de desindustrialização na economia brasileira, comparando-o com o da economia do estado do Paraná. Foram apresentados indícios de perda de representatividade da indústria de transformação brasileira no valor agregado e na composição ocupacional, ao longo dos últimos anos. Destacou-se, em particular, uma dinâmica diferente desse processo no Brasil em relação ao caso específico da economia paranaense o que, segundo os autores, reflete a intensa mudança da estrutura produtiva desse estado ocorrida ao longo da década de 90.

Destacam ainda que no caso paranaense, os resultados não convergem com os constatados em nível nacional, destacando-se principalmente, o comportamento relativo ao emprego, o que pode ser parcialmente explicado por um processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil, ao longo dos anos 90, favorecendo o Paraná (SCATOLIN,et al 2007, p. 117).

Segundo Silveira (2008), a desindustrialização e a desnacionalização devem ser entendidas no contexto do processo de reestruturação produtiva do capital, que provocou significativas alterações no capitalismo brasileiro, engendrando um conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, “provocando os processos de desnacionalização e desindustrialização entre outras conseqüências da reestruturação produtiva e da reinserção do país na divisão internacional do trabalho (p.1)”.

No estudo de Oreiro (2009), os dados permitiram, ainda que de forma preliminar, apontar para a apreciação da taxa real de câmbio como a causa fundamental do processo de desindustrialização da economia brasileira nos últimos 27 anos:

Em resumo, os dados apontam para a ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira acompanhado por apreciação do câmbio real, redução da acumulação de capital e déficit comercial crescente da indústria, concentrado nos setores de maior intensidade tecnológica. Isso é um sinal de que o nosso processo de desindustrialização é fruto da “doença holandesa”. (OREIRO, 2009, p. 5).

Já Soares e Teixeira (2010) argumentam que a literatura recente tem sido pouco conclusiva sobre uma desindustrialização no caso brasileiro, bem como acerca das suas principais causas:

Entretanto, foi possível verificar que não há uma desindustrialização absoluta no Brasil, ambos os níveis de produto e emprego têm aumentado. Há uma perda relativa no produto e emprego, no entanto, esta não tem sido contínua. O emprego relativo na indústria mostrou sinais de crescimento a partir de 2004, enquanto a trajetória do produto mostrou-se mais irregular com aumentos e declínios no período, porém com níveis inferiores do início da década de 90. A maior perda relativa do produto industrial foi verificada entre 1994 e 2000, período em que a economia passou por várias crises (SOARES e TEIXEIRA, 2010, p. 17).

Para o IBRE (2010), com base nos estudos de Bonelli e Pessoa (2010), não há com o que se preocupar, haja vista que:

Mesmo sob a ótica dos que advogam a tese da desindustrialização, há o reconhecimento de que não existe nenhum processo avassalador desse tipo em curso, mas, apenas, indícios a partir da experiência histórica de mais longo prazo. (...) Em relação à evolução do investimento fixo, também não há evidências de desindustrialização no período recente. (...) O que se nota, portanto, é que o Brasil parece ter sido “sobre industrializado” no início dos anos 1970, na comparação com seus pares, tendência que diminuiu bastante três décadas e meia depois, quando o País ficou mais próximo da norma internacional. (...) Ao se levar em conta esse estudo, portanto, a resposta à questão sobre a desindustrialização no Brasil é que, em termos relativos, ela não existe (IBRE, 2010, p. 8-9-10).

No estudo de caso de Albuquerque (2010), que analisou a indústria de Santa Catarina, constatou-se que nas características da participação do setor industrial no PIB da economia catarinense esta foi superior ao nível nacional:

Não houve também indícios de alterações na estrutura produtiva catarinense quanto à concentração no valor da transformação industrial para que evidenciasse aumento da indústria extrativista sobre a indústria de transformação. Outro aspecto contra a evidência do processo de desindustrialização catarinense foi o dinamismo demonstrado pela indústria de Santa Catarina em aumentar a participação de setores empregadores de maior volume de capital na relação capital/trabalho na Produção Bruta do estado (ALBUQUERQUE, 2010, p. 71).

Oreiro e Feijó (2010) argumentam que, contudo:

(...) os dados a respeito da taxa de crescimento da indústria de transformação apontam para a continuidade da perda de importância relativa da indústria brasileira nos últimos 15 anos. Por fim, estudos recentes a respeito da composição do saldo comercial brasileiro e da composição do valor adicionado da indústria brasileira mostram sinais inquietantes da ocorrência de “doença holandesa”, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização das *commodities* e dos recursos naturais no comércio internacional (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 231).

Sonaglio et al (2010(a) e (b)) analisaram as evidências de um processo de desindustrialização na economia brasileira pós-Plano Real, utilizando dados em painel e testes de raiz unitária, com base em dados mensais de exportação por intensidade tecnológica para o período de 1996/2008. Os resultados indicaram que:

(...) existe um possível processo de “reprimarização” da pauta de exportações brasileira constatada pelo decréscimo na participação das exportações de bens de alta tecnologia e aumento de bens não industriais, fato que também se relaciona com a manutenção de juros elevados e de uma taxa de câmbio apreciada (SONAGLIO, et al 2010a, p. 16 e 2010b, p.367).

Gonçalves (2011) argumenta que o debate atual sobre um suposto processo de industrialização tem sido permeado por constatações de que há um avanço da produção de produtos primários e de serviços, pressionando a

hegemonia industrial. Entendendo o processo de desindustrialização como a ocorrência de recuo absoluto das vendas externas de produtos processados, Gonçalves (2011, p. 04):

(...) busca diferenciar o denominado aprofundamento da reprimariação de desindustrialização, na medida em que os movimentos percentuais não são suficientes para caracterizar redução da capacidade industrial. Isso porque todos os padrões de agregação de valor crescem, e nesta evolução há avanço mais expressivo dos produtos básicos em relação aos que sofreram transformação industrial. Logo, ocorreria um movimento de reprimariação, ainda que numa realidade de crescimento das vendas externas da produção industrial (GONÇALVES, 2011, p.01).

Cunha, et al (2011) analisaram o desempenho da indústria de transformação nos anos 2000. Testou-se a hipótese da desindustrialização induzida pelo comércio exterior, sendo que os resultados:

(...) mostram um quadro ainda impreciso: não podemos negar a ausência de desindustrialização. Ao mesmo tempo, encontramos evidências de que os empresários brasileiros estão reduzindo as importações no contexto de boom do mercado interno, o que parece ser um padrão recorrente na história recente. Este fato determina a deterioração do saldo comercial da indústria de transformação e justifica preocupações sobre as perspectivas de longo prazo da economia brasileira (CUNHA et al, 2011, p. 1).

Cano (2012) analisa o processo de desenvolvimento contemporâneo do Brasil e seus impasses ao nível das políticas macroeconômicas e particularmente das contradições entre os processos de industrialização e desindustrialização. Cano (2012) destaca que:

O patamar de industrialização atingido nas décadas anteriores se deteriorou face à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros altos, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e abertura comercial. Neste contexto, ocorre uma desindustrialização nociva que fragiliza o país e compromete sua economia. Na ausência de uma base de política macroeconômica consentânea com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido (CANO, 2012 p. 155).

Pode se perceber claramente que, os resultados empíricos dos trabalhos apresentados dependem claramente da opção teórico-metodológica a respeito do tema que cada um dos autores venha a adotar, tendo em vista que parece haver uma relativa enormidade de conceitos de desindustrialização e, por conseguinte, são bastante distintos os parâmetros que devem ser considerados para, ao fim e ao cabo, afirmar se estamos, ou não, passando por um processo de desindustrialização. Na seção seguinte são sumarizados os resultados que julgamos mais importantes nos principais estudos investigados;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Castells e Aoyama (1994) apud Ribeiro (1998), de fato cresce o número de empregados no setor de serviços, mas isto não implica que o setor industrial está desaparecendo ou que sua dinâmica não é crucial para o setor de serviços.

Marquetti (2002), mostra a economia brasileira teria passado por um processo de desindustrialização nos anos 1990 tanto em termos da participação do emprego como da participação do valor adicionado. Palma (2005) afirma haver, sim, um processo de desindustrialização prematura atualmente em curso no Cone Sul da América Latina e no Brasil.

Para o IEDI 2005 a indústria brasileira manteve uma significativa diversificação e que, mesmo tendo perdido segmentos e elos de cadeias decisivas para a industrialização contemporânea, preservou setores de ponta tecnológica e capacidade para ampliar sua produtividade e capacidade exportadora. Não houve uma desindustrialização no sentido de perda irreparável na estrutura industrial do país e em sua capacidade dinâmica.

Para Nakahodo e Jank (2006), em relação ao problema da doença holandesa no Brasil, a idéia de que haveria um processo de desindustrialização em curso é contestada. Carvalho (2006) conclui que os superávits agrícolas se devem a apreciação da moeda doméstica que inibe as exportações de produtos que não refletem as tradicionais vantagens competitivas do país, resultando em desindustrialização e pode-se inferir que o processo de desindustrialização vitimou também o agronegócio brasileiro. Nassif (2006 e 2008) mostra que o período de 1990 até o presente não pode ser qualificado como de desindustrialização. Também não confirmam uma nova doença holandesa no Brasil.

IEDI (2007) concluiu que mesmo sendo dotado de um parque industrial amplo e diversificado, verifica-se nos últimos anos um processo de desindustrialização, que é fruto da combinação perversa de taxa de juros elevada e câmbio valorizado.

Em Scatolin, et al (2006) existem evidências no caso brasileiro indicando que a mudança estrutural não está associada a um processo virtuoso de elevação do bem-estar na economia. A evolução da participação da indústria na economia sugere que há de fato um processo de desindustrialização.

Para Alonso e Bandeira (1988) ocorreu uma modificação na estrutura da economia de Porto Alegre, paralela a uma redefinição de suas relações, na condição de metrópole e sentiram-se os efeitos dos fatores apontados como a aglomeração excessiva e a elevação do custo dos terrenos. Quanto à legislação que disciplina o uso do solo urbano certamente há exagero na importância que lhe é atribuída nesse processo.

Scatolin et al (2007) apresentaram evidências empíricas do processo de desindustrialização na economia brasileira. Foram apresentados indícios de perda de representatividade da indústria de transformação brasileira no valor agregado e na composição ocupacional, ao longo dos últimos anos.

Em Oreiro (2009), os dados apontam para a ocorrência de um processo de desindustrialização da economia brasileira acompanhado por apreciação do câmbio real, redução da acumulação de capital e déficit comercial crescente da indústria, concentrado nos setores de maior intensidade tecnológica. Isso é um sinal de que o nosso processo de desindustrialização é fruto da doença holandesa.

Soares e Teixeira (2010) argumentam que no caso brasileiro foi possível verificar que não há uma desindustrialização absoluta no Brasil, ambos os níveis de produto e emprego têm aumentado. Para Bonelli e Pessoa (2010), não há com o que se preocupar, haja vista que a resposta à questão sobre a desindustrialização no Brasil é que, em termos relativos, ela não existe.

Oreiro e Feijó (2010) argumentam que há sinais inquietantes da ocorrência de doença holandesa, ou seja, de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio que resulta da valorização das *commodities* e dos recursos naturais no comércio internacional.

Sonaglio et al (2010(a) e (b)) existe um possível processo de reprimarização da pauta de exportações brasileira constatada pelo decréscimo na participação das exportações de bens de alta tecnologia e aumento de bens não industriais, fato que também se relaciona com a manutenção de juros elevados e de uma taxa de câmbio apreciada. Para Gonçalves (2011) ocorreria um movimento de reprimarização, ainda que numa realidade de crescimento das vendas externas da produção industrial.

Cunha, et al (2011) mostram um quadro ainda impreciso: não se pode negar a ausência de desindustrialização. Cano (2012) analisa o processo de desenvolvimento contemporâneo do Brasil e seus impasses ao nível das políticas macroeconômicas e particularmente das contradições entre os processos de industrialização e desindustrialização. Neste contexto, ocorre uma desindustrialização nociva que fragiliza o país e compromete sua economia. Na ausência de uma base de política macroeconômica consentânea com a política industrial, o desenvolvimento fica comprometido.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, L. C. F. de. *Análise da indústria catarinense sobre o processo de desindustrialização recente*. Florianópolis – SC. Monografia (Graduação) Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.
- ALMEIDA, J. G. de. *Desindustrialização*. Disponível em http://www.brasileconomico.com.br/noticias/desindustrializacao_87018.html Acessado em 14/01/2012.
- ALONSO, J. A. F. e BANDEIRA, P. S. A “desindustrialização” de Porto Alegre: causas e perspectivas. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 9(1):3-28, 1988.
- BACHA, E. *Relativizando a industrialização*. (2011) Disponível em <http://www.imil.org.br/artigos/relativizando-desindustrializacao/> Acessado em 14/01/2012.
- BARROS, L. C. M. de. A questão da desindustrialização. *Jornal Valor Econômico*, 20/06/2011(a).
- BARROS, L. C. M. de. A desindustrialização no Brasil. *Jornal Valor Econômico*. 19/09/2011(b).
- BERTANI, M. *Especialistas alertam para o risco da desindustrialização do país*. Disponível em http://www.vermelho.org.br/rs/noticia.php?id_secao=113&id_noticia=169212, 22/11/2011. Acessado em 14/01/2012.
- BONELLI, R. e PESSOA, S. Desindustrialização no Brasil: Um resumo da evidência. IBRE/FGV Texto para discussão nº7, março de 2010.
- CANO, W. Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento. In: *Revista FAAC*, Bauru, v. 1, nº2, p. 155-164, out. 2001/mar. 2012.
- CARVALHO, M. A. de. Exportações agrícolas e desindustrialização: uma contribuição ao debate. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Fortaleza, 23 a 27 de julho, (p. 1-18) 2006.
- CASTELLS, M., AOYAMA, Y. Hacia la sociedad de la información: estructura del empleo em los países del G-7 de 1920 a 1990. *Revista Internacional del Trabajo*, v. 113, 1994.
- CAVALCANTE, A. *Desindustrialização ameaça país*. Disponível em http://www.fiec.org.br/porta2/sites/revista/home.php?st=interna2&conteudo_id=48529 30/09/2011. Acessado em 14/01/2012.
- CRUZ, B. O. e SANTOS, Y. R. S. Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009: uma visão regional da desindustrialização. In: Texto para discussão IPEA nº1673, Rio de Janeiro – RJ, novembro de 2011.
- CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Comércio Exterior e Indústria Manufatureira no Brasil nos Anos 2000. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política (SEP), Uberlândia – MG (p. 1-17) 2011.
- DIEESE, Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. In: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Nota Técnica nº100 – junho de 2011.

DIRCEU, J. *O mito da desindustrialização*. Disponível em <http://www.wscom.com.br/blog/josedirceu/post/post/O+mito+da+desindustrializa%C3%A7%C3%A3o-5436> (2010) Acessado em 14/01/2012.

FIORAVANTI, L. M. Desindustrialização e reestruturação do espaço na metrópole de São Paulo: o caso do Jaguaré. In: XII Encuentro de Geógrafos da América Latina - Caminando en una América Latina en transformación, 2009, Montevideo. XII Encuentro de Geógrafos da América Latina, 2009, p. 1-14.

FONSECA, R. G. da; Desindustrialização no Brasil – ser ou não ser. *Jornal O Estado de São Paulo*, 06/12/2010.

GONÇALVES, J. S. Reprimarização ou desindustrializaçoi da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*. V.6, n.12, dezembro, 2011. Disponível em <http://.iea.sp.gov.br> Acessado em 14/01/2012.

GRACIANI, M. *O tamanho da desindustrialização*. Disponível em <http://www.amanha.com.br/home-2/2417-o-tamanho-da-desindustrializacao> 13/09/2011. Acessado em 14/01/2012.

GUIMARÃES, E. *A desindustrialização do Brasil*. Disponível em <http://www.blogcidadania.com.br/2011/04/a-desindustrializacao-do-brasil/> (04/2011) Acessado em 14/01/2012.

IBRE A desindustrialização brasileira em debate. Carta do IBRE, agosto de 2010.

IEDI - Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? In: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Novembro de 2005.

IEDI - Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente. In: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – Maio, 2007.

JENSEN, J. Há desindustrialização no Brasil. *Jornal Valor Econômico*, 29/11/2011.

KLIASS, P. *A polêmica atual sobre a desindustrialização*. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4762 27/08/2010. Acessado em 14/01/2012.

MARQUETTI, A. A. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. In: *Estudos Econômicos*, vol. 32, nº1 (2002).

MOREIRA, A. *Desindustrialização: ainda há tempo para o debate*. Disponível em <http://www.alceumoreira.com.br/noticias/?id=317&tipo=3> 24/11/2011. Acessado em 14/01/2012.

NAKANE, M. e PESSOA, S. A estabilização incompleta. In: *Jornal Valor Econômico*, 14/06/2011.

NAKAHODO, S. N. e JANK, M.S. A falácia da “doença holandesa” no Brasil. In: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE. Documento de Pesquisa, São Paulo, Março de 2006.

NASSIF, A. *Há evidências de desindustrialização no Brasil?* In: Texto para Discussão nº108. Rio de Janeiro, julho – 2006. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-108.pdf Acessado em 14/01/2012.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política* 28, nº1 (109), pp. 72-96, janeiro/março 2008.

OREIRO, J. L. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*. Disponível em www.bresserpereira.org.br (2009). Acessado em 14/01/2012.

OREIRO, J. L. e FEIJÓ, C.A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeito e o caso brasileiro. In: *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

OREIRO, J. L.; SOARES. C. S. MUTTER, A. Desindustrialização no Brasil e suas causas. *Jornal Valor Econômico*, 01/06/2011.

OREIRO, J. L. e PAULA, L. F. de. *A escolha de Sofia: entre a desindustrialização e o fim do estado de bem estar social*. Disponível em <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2011/06/16/escolha-de-sofia-entre-desindustrializacao-fim-estado-bem-estar/> (2011). Acessado em 14/01/2012.

PALMA, J.G. *Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo “conceito de doença holandesa”*. (2005). Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. Organização: FIESP e IEDI. Centro Cultural da FIESP, 28 de agosto de 2005, p. 1-46. Disponível em http://www.fiesp.com.br/publicacoes/pdf/economia/jose_gabriel_palma.pdf Acessado em 14/01/2012.

PADUA, R. F. de. *Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo*. São Paulo: FFLCH, 2008(a), 114p.

PADUA, R. F. de. Desindustrialização e reestruturação do espaço em São Paulo. In: Mercator – *Revista de Geografia da UFC*, ano 07, número 14, 2008(b).

PADUA, R. F. de. *Refletindo sobre a desindustrialização em São Paulo*. Confins [Online], 7, 2009, posto online em 31 Outubro 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/6125> Acessado em 14/01/2012.

PAULA, G. M. Desempenho da cadeia de valor metal mecânica latina americana. Fundação Centro de Estudos do Comércio e Exportação - FUNCEX, setembro de 2011.

PEREIRA, L. C. B. *Brasil vive desindustrialização*. Disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/colunas/luiz-carlos-bresser-pereira/brasil-vive-desindustrializacao> (2011) Acessado em 14/01/2012.

PEREIRA, L. C. B. Taxa de câmbio, doença holandesa, e industrialização. In: *Cadernos FGV Projetos*, 5 (14) 2010:68-73.

POCHMANN, M. A nova desindustrialização. In: *Jornal Valor Econômico*, 09/06/2011 (a).

POCHMANN, M. *O Brasil e a nova desindustrialização*. Disponível em <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art648.asp> 09/06/2011 (b). Acessado em 14/01/2012.

Política industrial vai tentar barrar desindustrialização. Disponível em <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=politica-industrial-barrar-desindustrializacao&id=020175110802> 02/08/2011 Acessado em 14/01/2012.

REZENDE, F. A. E. de e SANTOS, F. Desindustrialização, rearranjo industrial e desemprego no Brasil: O caso do ABC paulista. In: *Iniciação Científica – Revista Eletrônica*, ago. 2007, Ano 1, nº1, 31-34.

RIBEIRO, R. A. A determinação do emprego e a desindustrialização. In: Anais do III Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP. Niterói – RJ de 09/06 a 12/06/1998 (p. 916-929) . Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/3_congresso_old/iiicongresso67.pdf 1998. Acessado em 14/01/2012.

RICUPERO, R. *Desindustrialização precoce: futuro ou presente no Brasil?* Disponível em <http://www.revistaagora.com/2011/02/desindustrializacao-precoce-futuro-ou.html> (2011). Acessado em 14/01/2012.

ROWTHORN, R., MAMASWAMY, R. *Desindustrization: causes and implications*I. Workin Papers, Fundo Monetário Internacional, 1997.

ROWTHORN, R., MAMASWAMY, R. *Growth, trade and desindustrization*. Staff Papers, vol. 46, nº1, Fundo Monetário Internacional (1999)

SACRAMENTO, J.N. Doença holandesa da desindustrialização. In: *Jornal Valor Econômico*, 02/02/2010.

SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V. da; PORCILE, G. Desindustrialização? In: *Economia & Tecnologia* – Ano 2, vol. 05, p. 5 – 15 – Abr./Jun. de 2006.

SCATOLIN, F. D.; CRUZ, M. J. V. da; PORCILE, G. NAKABASHI, L. Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná. In: *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 35, nº1. p. 105-120, ago. 2007.

SERRA, J. A indústria faz a diferença. *Jornal O Estado de São Paulo*, 26/05/2011(a).

SERRA, J. *Estamos exportando o melhor de nossa economia: empregos*. Disponível em <http://www.joseserra.com.br/archives/1116> (2011(b)). Acessado em 14/01/2012.

SILVEIRA, Z. S. da . Desindustrialização e Desnacionalização. O que isto tem haver com a reforma curricular do ensino profissional no Brasil?. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 2008, Marília. Marília (SP) : ED. Gráfica Massoni. 2008, p. 1-25)., disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/zuleidesimasdasilveira.pdf> Acessado em 14/01/2012.

SOARES, C. e TEIXEIRA, J. R. Uma abordagem econométrica do processo de desindustrialização no caso brasileiro: elementos para o debate. In:

XXXVIII Encontro Nacional de Economia Salvador/BA 07 a 10 de dezembro de 2010, (p. 1-19) Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-a618be36f08f7034b9b1491331b18ecd.pdf> Acessado em 14/01/2012.

SONAGLIO, C. M. O comércio de manufaturados e o desenvolvimento econômico: por que se preocupar com a trajetória brasileira? In: *Estudos do CEPE (UNISC)*, v. 34, p. 92-113, 2011. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/viewFile/2210/1686> 2011. Acessado em 14/01/2012.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; CAMPOS, A. C. Evidências de desindustrialização no Brasil pós-Plano Real: uma análise com dados em painel. XIII Encontro Regional de Economia – ANPEC Sul, Porto Alegre: RS de 11 a 13 de agosto de 2010(a) p. 1-18.

SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O.; LIMA, J.E. de; CAMPOS, A. C. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, v. 14, nº 4, pp. 347-372, 2010(b).

SOUZA, F. E. P. de. Desindustrialização com pleno emprego: que milagre é esse? In: XXIII Fórum Nacional Visão de Brasil Desenvolvido para Participar da Competição do Século (China, Índia e Brasil) e “O Sentido da Vida”. Rio de Janeiro, 16 a 19 de maio de 2011, p. 1-40.

TAVARES, M. da C. O perigo de desindustrialização. In: *Jornal Valor Econômico*, 05/01/2011.